

# A IMPORTÂNCIA DA DOCTRINA - UM REGISTRO HISTÓRICO

Até o início do Século XX, o Exército Brasileiro não dedicava uma atenção especial à Doutrina. Os manuais de emprego das armas restringiam-se ao nível batalhão e não tinham coordenação entre si, nem mesmo seguiam uma linha geral. Um bom exemplo disso é o Decreto nº 705, de 5 de outubro de 1850, do governo imperial brasileiro que determinava:

“Convindo regularizar as manobras e exercicios das differentes armas do Exercito, Hei por bem Decretar o seguinte.

Art. 1º São adoptadas para a arma d’Artilharia as Instrucções organisadas pela Commissão de Pratica d’Artilharia para o serviço das diferentes bocas de fogo montadas em reparos á Onofre; regulando para a Artilharia montada as Instrucções organisadas pelo Marechal de Campo João Carlos Pardal, e para as manobras das Baterias de Campanha as da Guarda Real Franca.

Art. 2º Para a arma de Cavallaria he adoptado o Regulamento do Marechal General Lord Beresford, approved para o Exercito Portuguez por Decreto de seis de março de mil oitocentos e dezeseis.

Art. 3º Para a arma de Infantaria he adoptado o systema de Bernardo Antonio Zagalo, Official do Exercito Portuguez.”

Assim, a artilharia deveria seguir o manual do Marechal Pardal, escrito no Brasil por um militar brasileiro, e parte dos manuais franceses; a cavalaria deveria seguir o regulamento Beresford, lançado em Portugal por um militar inglês, praticamente cópia do manual inglês; e a infantaria deveria seguir o regulamento Zagalo, escrito em Portugal por um militar português.

Nos anos de 1905 até 1912, o Brasil enviou à Alemanha três grupos de oficiais, compromissados e entusiastas, para tomarem conhecimento da organização e do preparo de um dos melhores exércitos da época, o alemão. Esse grupo de oficiais ficou conhecido pela alcunha de “jovens turcos”. Ao regressar ao Brasil, o grupo dos “jovens turcos” criou, em 1913, a revista “A Defesa Nacional”.

Em 1919, perseguindo o objetivo de ter um exército moderno e adequado à dimensão da Pátria, o Brasil contratou uma missão militar formada por oficiais franceses para reorganizar o Exército Brasileiro. Foi a missão francesa, que ficou no Brasil até 1940.

Em julho de 1920, já com a missão francesa no Brasil, a revista “A Defesa Nacional”, em seu número 84, publicou um editorial chamado unidade de doutrina. O editorial, unidade de

doutrina, é considerado um marco na defesa da necessidade de o Exército tratar a doutrina de forma coordenada e sistêmica, e evidencia a extraordinária visão de seus autores. Aquele editorial, publicado há mais de 98 anos, continua atual.

Abaixo reproduzimos parte do editorial:

“A instituição de uma doutrina de guerra que oriente todas as decisões no campo de batalha e faça convergir as vontades individuais para a obtenção de um objetivo comum visado pelo comando supremo é, sem dúvida, uma resolução da maior relevância na organização de um Exército.

**O editorial, unidade de doutrina, é considerado um marco na defesa da necessidade de o Exército tratar a doutrina de forma coordenada e sistêmica, e evidencia a extraordinária visão de seus autores. Aquele editorial, publicado há mais de 98 anos, continua atual.**

*Conjunto de princípios coordenados por uma penetrante análise e profunda meditação das operações militares através da História, a doutrina de guerra se inspira na experiência, e consubstancia tanto as diretrizes para o emprego das massas na batalha, como os processos de aplicação sempre renovados pelo engenho humano, na ânsia da perfeição.*

*Ora, em nossa tardia evolução militar, trabalhadas nos últimos dez anos por iniciativas tão fecundas, realizadas, porém, à custa de imensos esforços, sem coesão nem autoridade, faltou sempre uma doutrina de guerra, com força imperativa, a que se filiassem os regulamentos das Armas e, por isso, eles só se propagaram à feição das simpatias pessoais de seus executantes. Não admira, pois, que não*

*tenhamos colhido os frutos do nosso próprio trabalho e não assimilasse o Exército, por completo, os princípios esparsos que adotamos.*

*A nossa experiência nos demonstra, assim, que sem um corpo de doutrina homogêneo, aceito, sem restrições, por todos os oficiais, e aplicado sob a fiscalização e exemplo dos chefes do Exército, não conseguiremos jamais atingir aquele estado de perfeita confiança em nossos próprios conhecimentos, que gera a calma na apreciação dos acontecimentos, e dita as soluções que as circunstâncias requerem; faltar-nos-á a constância de nossa força, seremos sempre fracos” (extraído do livro: a missão militar francesa no Brasil, de Jayme de Araújo Bastos Filho - Biblioteca do Exército, 1994).*



**O General de Brigada Celso Krause Schramm é da turma da AMAN de 1974, oriundo da Arma de Cavalaria. Passou para reserva no ano de 2008 e atualmente exerce a função de assessor no Centro de Doutrina do Exército.**